



O TÊXTIL

BEIRA INTERIOR



N.º 1
SETEMBRO

BOLETIM INFORMATIVO DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES TEXTEIS DA B. ALTA E B. BAIXA

Editorial

Depois de um longo interregno na saída do Boletim, cá estamos de novo na vossa presença, desta vez com a convicção de que a regularidade na sua publicação vai ser ponto assente.

É este o primeiro número que sai em conjunto com o Sindicato Textil da Beira Alta, daí que aproveitamos para vos saudar muito fraternalmente.

Foi dito no último boletim que o nome teria de ser modificado, depois de muito pensarmos e de algumas sugestões por parte dos trabalhadores, chegámos à conclusão que o nome que melhor se adaptava seria «O Textil» da Beira Interior.

«O TEXTIL» porquê? Porque abrangendo os dois Sindicatos, todos os trabalhadores texteis da Beira Interior, pensamos nós ser o melhor nome. Uma vez que a manter-se o nome «Laneiro», só abrangeria os trabalhadores dos lanifícios.

Pensamos que a apresentação do nosso boletim neste número está melhorada. Aliás, uma das apostas que fizemos foi o de melhorar a sua apresentação e qualidade.

A APOSTA ESTÁ LANÇADA, AGUARDEMOS OS RESULTADOS, ESTAMOS DE ACORDO?

Contratação

Ficou negociado no mês de Junho a revisão contratual do Sector Textil. O mesmo foi já depositado no Ministério do Trabalho, para que seja publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, publicação essa que talvez seja ainda no mês de Setembro.

Em relação ao Vestuário, aconteceu que a Associação do Vestuário do Sul, recusou-se a subscrever o acordo final, por discordar com a promoção automática das costureiras, depois de um ano nesta categoria, a costureiras especializadas.

Realizaram-se duas tentativas de conciliação no Ministério do Trabalho, para ultrapassar este problema. O mesmo não foi possível devido à intransigência da Associação Patronal.

Foi já nomeada uma comissão técnica para a elaboração de uma Portaria, aguardando-se que esta comissão inicie os trabalhos brevemente.

Em algumas empresas, onde a luta dos trabalhadores avançou de uma forma organizada e forte, iniciou-se logo a aplicação da matéria acordada nas negociações.

Mas camaradas os contratos conquistam-se dentro das empresas e é por isso que nas empresas os trabalhadores devem exigir o cumprimento daquilo que foi acordado nas negociações.

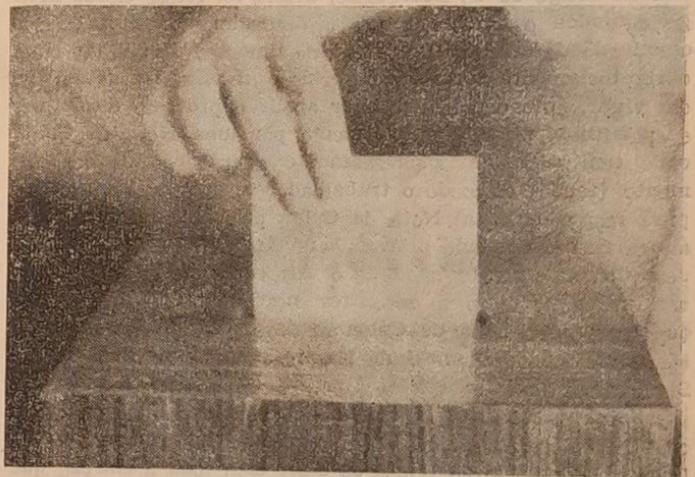
As eleições para a Assembleia da República

1 — A IMPORTANCIA DAS PRÓXIMAS ELEIÇÕES

Os resultados das próximas eleições para a Assembleia da República terão reflexos em todos os aspectos e sectores da vida nacional e consequência quer nas condições de vida e trabalho do povo português quer no futuro da democracia em Portugal.

Nas eleições de Outubro próximo, os portugueses vão decidir, pelo seu voto, sobre duas importantes questões:

a) Qual o regime que Portugal e os portugueses vão ter no futuro, dado que os deputados a eleger te-



Em 5 de Outubro os trabalhadores têm de votar para derrotar o Governo «AD»

irão poderes constituintes, ou seja têm poderes para promover a revisão da Constituição dentro dos limites em que a própria Constituição o permite.

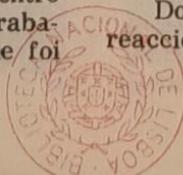
b) Que força, ou forças políticas, vão governar os destinos do país, nos próximos 4 anos.

É em face destas questões, com especial destaque para o problema da revisão constitucional, que se separam as forças políticas em que os portugueses terão de votar.

Dum lado: as forças democráticas que numa forma geral pretendem a consolidação e aprofundamento do regime democrático resultante do 25 de Abril, ou seja: a salvaguarda dos direitos, garantias e liberdades dos trabalhadores; melhoria das suas condições de vida e de trabalho; respeito pela Constituição da República e as conquistas da revolução que ela consagra.

Doutro lado: as forças de direita, conservadoras, reacçãoárias e fascistas, reunidas na «AD» («ALIAN-

(Continua na VI página)



Informação Jurídica - Secção de contencioso

Pequenas informações sobre a Lei dos Despedimentos e sobre o Decreto-Lei n.º 781/76 dos Contratos a Prazo. Sobre os Despedimentos encontra-se tal legislação espartilhada por diversos diplomas. É entendido contudo de que a actual Lei em vigor ou seja a Lei 48/77, é aquela que mais interessa para conhecimento dos trabalhadores.

Desde que foi proibido o despedimento sem justa causa, através do Decreto-Lei 372.A/75 que consignou alguns dos anseios do Movimento Sindical Unitário e do povo trabalhador, algumas inovações apareceram através de outros diplomas, nomeadamente pelos Decretos-Leis 84/76 e 841.C/76 e ultimamente através da Lei 48/77. Enquanto que o Decreto-Lei 372.A/75 no seu artigo n.º 10 não expunha de forma tão concreta o trabalhador ao despedimento com justa causa por motivo de faltas injustificadas. Apareceu a Lei 48/77 a regular taxativamente que 5 faltas consecutivas e 10 interpoçadas, davam direito a despedimento com justa causa promovido pela entidade patronal.

Esta Lei que saiu quando era Ministro do Trabalho o sr. Maldonado Gonelha teve em vista uma maior liberalização de despedimentos já que cabe sempre ao patronato justificar ou injustificar as faltas, pelo que chamamos a atenção de todos os trabalhadores para o necessário cuidado a ter com a justificação de todas as faltas. Além desta matéria nova outra inovação apareceu, ou seja, a modificação total do espírito que residia no procedimento disciplinar que estava contido no artigo 11 do Decreto-Lei 372.A/75. Neste citado artigo entendeu o legislador que o despedimento antes de ser efectivado deveria ser precedido de processo disciplinar onde obrigatoriamente deveria ser ouvido o arguido. Na actual Lei em vigor, entendeu o legislador abolir o processo disciplinar e substituí-lo pura e simplesmente por uma Nota de Culpa onde tem de constar expressamente a intenção de despedimento (tendo) dispondo o trabalhador apenas de 3 dias úteis para responder à tal Nota de Culpa pelo que a partir dessa altura fica a entidade patronal autorizada a despedir ou não despedir. Chamamos a atenção dos trabalhadores que porventura se venham a encontrar nesta situação que assim que recebam a Nota de Culpa se devem dirigir de imediato à sua Delegação Sindical de Empresa ou na falta desta, ao Sindicato.

Sobre os Contratos a Prazo que hoje é regulado pelo Decreto-Lei 781/76 e, que já eram reguladas anteriormente pelo Decreto-Lei 49 408/69 temos de dizer com toda a clareza que a Lei actualmente em vigor, já que o Decreto-Lei 49 408/69 tinha sido ultrapassado pelos Contratos Colectivos de Trabalho, teve tão somente a intenção de ser utilizada mais facilmente como uma forma repressiva para com os trabalhadores contratados. Senão vejamos:

1.º Em Portugal existem centenas de milhares de desempregados pelo que quando aparece um emprego, mesmo a prazo, aparecem de imediato milhares de candidatos dos quais o patronato escolhe aqueles que precisa; mas aqueles que são escolhidos têm que aceitar as imposições feitas pelo patronato e tivemos em Seia um caso concreto: — o patrão Joaquim Fernandes quando admitiu alguns trabalhadores com contrato a prazo fê-lo com a condição dos trabalhadores assinarem um documento em que, prescindiam (illegalmente) do direito a férias.

2.º Outra situação que se nos depara na actual legislação é a total insegurança no emprego porque é facilitado ao patronato de uma forma bem clara a possibilidade de manter os trabalhadores por tempo indeterminado com contrato a prazo, apesar da Lei dizer que passados 3 anos de sucessiva renovação de contratos o trabalhador passa a efectivo. Não vamos agora explicar quais são os métodos e artificios

a que o patronato se pode agarrar para manter para além de 3 anos os trabalhadores com contrato a prazo. A presente Lei que foi contestada desde a sua entrada em vigor e mesmo antes continua a sê-lo ainda pelo movimento sindical unitário. Além de todos os aspectos negativos que contém, ainda se presta a que o patronato use e abuse, pois muitas vezes deparamos com casos em que há uma sucessiva renovação do contrato pelo período de 3 meses, assim como também terminado que foi o contrato pelo prazo indicado, independentemente da sua renovação, o trabalhador adquiriu o direito a férias determinado pelos meses de trabalho. Mas há empresas como a «VODRATEX» que não cumprem o estipulado na Lei. Em relação aos contratos celebrados por 3 meses a Lei diz que é só aplicável a casos específicos ou por substituição, e não da forma generalizada como hoje se nos depara. Em relação ao gozo de férias o espírito da Lei que regula as férias, ou seja o Decreto-Lei 874/76 diz que todos os trabalhadores devem gozar férias de forma a que possa haver a possibilidade da sua recuperação física e psíquica, mas, infelizmente tal não sucede em todas as empresas.

AS NOSSAS LUTAS

— UNILÁ EM GREVE

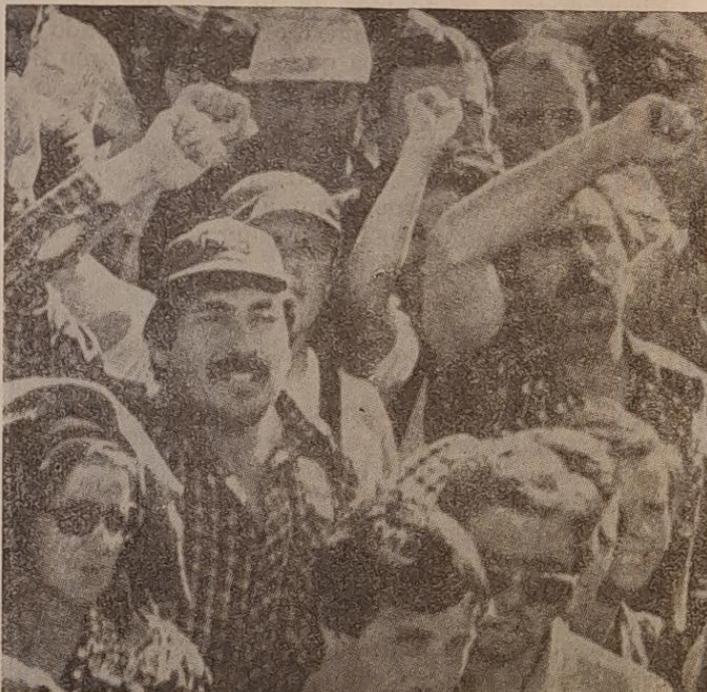
Mais uma vez os trabalhadores desta empresa lutam pelo não pagamento de subsídios de férias.

Antes de os trabalhadores terem entrado em férias, foi-lhes prometido que o subsídio de férias seria pago, quando retomarem o trabalho. Ora isso não aconteceu e nem sequer foi garantida uma data para o seu pagamento.

Face a isso os trabalhadores entraram em greve.

— FIAÇÃO ROSETA EM LUTA

Os trabalhadores por não aceitarem uma tentativa de despedimento arbitrário de um camarada, encetaram formas de luta para que o gerente da empresa não leve por diante as suas prepotências.



Trabalhador Sindicaliza-te!

Vimos tratar um assunto no nosso jornal que julgamos vai interessar a muitos trabalhadores que ainda não estão sindicalizados, mas que sentem no dia a dia, os mesmos problemas que os trabalhadores sindicalizados, diferenciados embora, por um factor fundamental; é que enquanto os sindicalizados têm um órgão de classe que os defenda, os não sindicalizados estão abandonados e sujeitos às maiores arbitrariedades.

O movimento sindical português pode orgulhar-se de no plano internacional, ser daqueles que têm uma maior percentagem de trabalhadores sindicalizados, mas como é óbvio, esta realidade terá que funcionar como dinâmica para a sindicalização de todos os trabalhadores.

Os Sindicatos Têxteis da Beira Interior, estão entre aqueles onde o índice de sindicalização é mais elevado, pois podemos constatar que a quase totalidade

dos trabalhadores estão sindicalizados, isto claro está, mau grado as investidas dos divisionistas.

Mas temos a certeza que nalgumas empresas é bem possível que haja um trabalhador por sindicalizar, assim como é bem possível que não esteja sindicalizada por descuido, por incompreensão quanto à importância de estar sindicalizado, por ter um contrato a prazo, outros não se sindicalizam porque estão convencidos que os direitos que vierem para uns virão para os outros, esquecendo-se que quantos mais trabalhadores estiverem sindicalizados mais força terão os sindicatos e por consequência mais força terá a sua luta e mais regalias se conseguirão.

Já pensaste alguma vez que um trabalhador contratado a prazo é despedido sem que lhe seja pago o

(Continua na pág.ª 7)

As mulheres da Beira Interior estiveram juntas discutindo os seus problemas

(Continuação da 8.ª pág.)

fora já bastante terem-nos obrigado a fazê-lo durante 48 anos.

Falaram do Desemprego que as atinge em maior escala.

Falaram da ginástica que fazem para esticar o salário até ao fim de cada mês, isto aquelas que recebem o salário no dia certo, pois, as mulheres da SIG, da Ernesto Cruz e tantas outras, fazem autênticos malabrismos para esticar o pequeno ordenado que nunca sabem quando recebem.

Falaram da falta de creches e infantários, da falta de espaços verdes, do ensino, da falta de transportes, etc.

Falaram ainda das longas caminhadas a pé, da falta de condições de trabalho, de algumas experiências que foram possíveis quando todas elas se uniram e com os seus companheiros de trabalho lutaram.

A conquista do sábado, a última greve do sector, que nesta zona atingiu as maiores percentagens, a criação de cooperativas de consumo e tantas outras iniciativas são a certeza de que as mulheres unidas aos outros explorados têm uma grande capacidade para transformar este País e a sua política.

As mulheres mostraram neste Encontro uma capacidade grande de organização numa zona onde muitas permanecem submissas, contra elas próprias, e muitas vezes pactuantes com uma situação que as diminui e atrofia, que as impede de mostrar toda a força criadora de que são capazes.

As mulheres neste Encontro tomaram consciência disto e uma delas concluiu:

— É preciso mudar esta política para melhorarmos as nossas condições de vida.

Isto mais do que uma frase é motivo de reflexão para nós mulheres. O 5 de Outubro aproxima-se o Povo Português vai mais uma vez votar. Assim as mulheres que são mais de metade da população, têm que participar de forma a que o sentido não se vire contra elas.

As mulheres do sector têxtil as mais mal pagas deste país as mais exploradas pelos contratos a prazo, pelo desemprego pelas doenças profissionais, pelas reformas de miséria têm que contribuir com o seu voto para a derrota da

«A.D.» e votar para a formação de um governo democrático que:

- Revogue as Leis dos contratos a prazo;
- Actualize periodicamente os salários mínimos e pensões de reforma;
- Controle os preços dos bens essenciais;
- Combata o desemprego e os despedimentos;
- Respeite o direito e a liberdade sindical;
- Reorganize os Tribunais de Trabalho;
- E crie condições para que o Decreto-Lei 392/79 — igualdade no trabalho e no emprego — seja posto em prática para que não continue um texto morto, mas um elemento vivo de progresso.

Se nós mulheres não queremos voltar ao passado que nos repeliu e discriminou.

Se nós mulheres não queremos este ou outro Governo A.D., seja ele constituído pelo todo das forças que compõem esta aliança, ou por parte delas, temos que no dia 5 de Outubro votar naqueles que com o nosso voto mudam esta política e contribuir para que o futuro seja o futuro de Abril.



Panorâmica do encontro unitário das mulheres da Beira Interior

10.º ANIVERSÁRIO DA C.G.T.P. - INTERSINDICAL

10 anos de luta pelo direito ao trabalho

No próximo dia 1 de Outubro, comemora-se o 10.º aniversário da C.G.T.P.-IN.

A nossa central surge pela necessidade que os trabalhadores tiveram (neste caso os sindicatos) de se unirem e organizarem contra a ditadura fascista.

O fascismo ao criar os sindicatos nacionais, ao dividir os trabalhadores por sindicatos profissionais, ao impor direcções sindicais, vendidas ao patronato e ao regime, ao impor as comparações, criando para isto tudo uma legislação repressiva à qual se juntava uma propaganda de alienação intensiva, não impediu as reivindicações colectivas, que vão irrompendo ao longo de toda a noite fascista.

As prisões da pide, onde tantos trabalhadores foram sacrificados, não foram bastantes para calar a voz de protesto da classe operária.

Após a morte política de Salazar, o governo Marcelista promulgou dois Decretos Lei, 49058 e 49212 que, ao nível sindical abriram maiores possibilidades de movimentação para os trabalhadores.

Estes decretos surgem da necessidade que a burguesia sentiu de desviar as lutas que então se movimntavam, das empresas para os Sindicatos; (só no 1.º trimestre de 1969 mais de 100 000 trabalhadores lutaram nas empresas por melhores condições de vida e trabalho) e da tentativa desesperada do Governo de Marcelo Caetano para alargar a reduzida base social do fascismo a fim de se apresentar aos olhos da Nação e do Mundo como representativo do Povo Português.

No entanto a ditadura fascista, corroída por profundas contradições, não se podia dar ao luxo de tal «liberalização» pois, que a luta reivindicativa económica dos trabalhadores rapidamente degenera em luta política contra o regime e a Guerra Colonial.

Assim o Governo Marcelista necessitou aumentar a repressão.

Surgem nesta sequência os Decretos 492/70 e 502/70 que permitem ao Governo nomear o presidente do tribunal arbitral, suspender direcções sindicais e encerrar Sindicatos.

O ataque geral, desencadeado pelo regime fascista leva à necessidade de uma frente unida e organizada.

Assim surge a primeira reunião entre sindicatos, promovida pela iniciativa das direcções dos Sindicatos Nacionais dos Metalúrgicos, Lanifícios, Bancários e Caixeiros — todos estes com sede em Lisboa.

Desta reunião, realizada em 1 de Outubro de 1970, surge a Intersindical que cresce em aderentes e em acções.

Ainda no mês de Outubro deste mesmo ano se realiza a segunda reunião já então com 22 sindicatos de várias zonas do país.

Várias medidas de solidariedade e apoio são tomadas a partir do conhecimento que a Intersindical tem.

Milhares de Bancários movimentam-se à volta do seu contrato de trabalho.

5 000 Caixeiros concentram-se em S. Bento em apoio à jornada de 44 horas.

Criou-se um grupo de trabalho para tratar de assuntos da previdência.

Mobilizaram-se os trabalhadores para reivindicar uma representação legítima à O.I.T.

Foi devido à Intersindical que os trabalhadores puderam fazer frente à legislação opressora que ia saindo, nomeadamente a portaria 734/73, com a qual o governo tentava roubar aos Sindicatos alguns dos seus mais válidos colaboradores.

Foi ainda através da Intersindical que se conseguiu desmistificar o 1.º Congresso da Previdência do qual o Governo quis tirar grande proveito.

Planeou-se a grande campanha de massas pelo «Salário Mínimo Nacional» à qual então já aderiram grande número de Sindicatos nos quais se contavam os Lanifícios da Covilhã e Gouveia.



CGTP-Intersindical 10 anos de luta na defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores

Foi igualmente a sua forte implantação junto dos trabalhadores e o seu elevado poder de desenvolvimento, que permitiram enfrentar com êxito a repressão com que o regime fascista procurou atingir os trabalhadores Portugueses.

Com o 25 de Abril a Intersindical surgiu aos olhos de todos os trabalhadores, na sua real dimensão e capacidade.

Identificada profundamente com os anseios dos trabalhadores que já soubera respeitar, a Intersindical, veio revelar-se como uma força indispensável à construção da Demo-

(Continua na V página)

Organização Sindical

(Delegados Sindicais)

A 1.ª Conferência de Organização Sindical, marcou uma etapa importante no fortalecimento da organização sindical, ao suscitar pela primeira vez, o debate aprofundado das questões de organização e ao permitir aprofundar o balanço da situação do movimento sindical, após as transformações operadas com o 25 de Abril, e dos problemas existentes apontando as respectivas soluções.

A reafirmação do movimento sindical, como um movimento unitário, democrático, independente, de massas e de classe, exige que toda a acção, inclusivé no campo da organização sindical, seja orientada por estes princípios, desenvolvendo a sua política de unidade, fazendo do esclarecimento permanente dos trabalhadores uma arma invencível contra o divisionismo e o cisionismo sindicais, por forma a alargar a influência do movimento sindical.

Para que as conclusões da conferência de organização sejam levadas à prática, é necessário e urgente a eleição de delegados Sindicais, de forma a que a ligação Sindicato-trabalhadores e vice-versa seja feita convenientemente.

As tarefas do delegado sindical são duma importância extraordinária porque, através dele se fará chegar a informação sindical, se cobrará a quotização para o sindicato, se aplicam na empresa as decisões tomadas pelos trabalhadores, se marcarão os plenários e tantas outras tarefas não menos importantes.

Eles representam na empresa o Sindicato, daí o seu papel extremamente importante na formação dos trabalhadores e sua mobilização para a defesa dos seus Direitos e interesses. Onde existe uma boa rede de Delegados Sindicais combativos e devidamente organizados, os trabalhadores dão resposta imediata aos problemas correntes forçando o cumprimento da contratação, combatendo os despedimentos e outras arbitrariedades do patronato, os trabalhadores recebem regularmente a informação do seu Sindicato e do Movimento Sindical em geral mantendo-se informados, esclarecidos e mobilizados.

Na eleição de Delegados Sindicais, os trabalhadores devem considerar as condições concretas existentes na Empre-

sa, bem como as orientações gerais do movimento sindical unitário, designadamente:

- Garantir a mais ampla participação dos trabalhadores.
- Reforçar a Unidade e Organização dos trabalhadores, evitando a radicalização de eventuais divergências.
- Promover o esclarecimento prévio adequado, por forma a que a escolha recaja sobre os trabalhadores que reúnem as qualidades e condições necessárias ao correcto exercício das funções dos delegados.

A eleição do delegado sindical não é um acto qualquer na vida dos trabalhadores, ela marca fundamentalmente a conquista de um direito e uma vivência democrática que é necessário desenvolver e aprofundar, e estes princípios serão tanto mais conseguidos quanto maior for a participação dos trabalhadores.

Os momentos que se vivem não se compadecem com a desorganização dos trabalhadores, nem com desânimos. Em cada dia que passa são-nos exigidos muitos sacrifícios e muita dedicação. Os nossos filhos poderão pedir-nos contas sobre o futuro que lhes preparamos.

Empresas onde foram eleitos delegados nos últimos meses:

Lanifícios Império, Manteigas. Moura Cabral, Loriga. Vasco Costa & Sousa, Trinta. Efilã, Trinta. João Pilão da Silva, Trinta. Fiação Barbas, Trinta, Texteis António João, Maçainhas. Amieiros Verdes, Manteigas, Textil Cravinos, Covilhã. Cinfal, Ald. de Joanes. João Pontífice, Tortosendo. Zendel, Tortosendo. Empresa Industrial, Tortosendo.

CONFERÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO

ELEGE O TEU DELEGADO SINDICAL

CGTP-IN

- Contacta o teu sindicato!
- Elege o teu delegado sindical!
- Participa e organiza-te!

10 anos de luta pelo direito ao trabalho

(Continuação da 4.ª página)

cracia; criou as condições que permitiram aos trabalhadores manifestarem livremente a sua vontade e construiram por todo o país um Movimento Sindical Unitário Democrático, Independentemente de Massas de Classe.

Hoje como sempre o papel desempenhado pela CGTP-Intersindical, foi e é decisivo para o futuro dos trabalhadores do nosso País.

O respeito e admiração que a nossa central sindical granjeou ao longo destes 10 anos quer ao nível nacional, como Internacional, é o resultado de uma prática firme, coerente e determinada na defesa dos interesses dos trabalhadores e do 25 de Abril.

A CGTP-IN, é hoje incontestavelmente o ponto de encontro de todos quantos estão verdadeiramente empenhados

na unidade dos trabalhadores, unidade necessária, para lutarmos contra todas as forças que querem o regresso ao passado.

O 10.º Aniversário da CGTP-Intersindical celebra-se numa data em que o Governo da «AD» Aliança dita democrática, está a terminar o seu mandato, pois, no dia 5 de Outubro os trabalhadores e todos os que amam a Paz e a Liberdade saberão com o seu voto mudar esta política.

Os meios de comunicação que no dia 1 de Outubro, estão ainda nas mãos de Proença de Carvalho e companhia, irão silenciar esta importante data.

Todavia os trabalhadores portugueses através das suas estruturas sindicais, saberão dar a dimensão e a força que foram uma constante nos 10 anos de vida da CGTP-Intersindical Nacional a Central dos Trabalhadores Portugueses.

As eleições para a Assembleia da República

(Continuação da 1.ª página)

ÇA DEMOCRÁTICA»), formada pelo PSD/CDS/PPM, apoiada e subsidiada pelos grandes patrões da CIP, CAP, CCP e multinacionais, que têm como objectivos comuns: aumentar a exploração dos trabalhadores; limitar e anular os seus direitos e liberdades; rever de forma golpista a Constituição da República; restaurar o poder económico e político dos grandes monopolistas e latifundiários que governaram Portugal em ditadura até ao 25 de Abril.

2 — A POSIÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL FACE AS ELEIÇÕES

Haverá pessoas que, com boa intenção, consideram que as eleições são «questões de política» e que os sindicatos devem ficar de fora.

É um conceito errado, porque tudo o que se decide nos órgãos de poder tem consequências naquilo que é a tarefa fundamental dos sindicatos: a defesa dos interesses dos trabalhadores.

É claro que não pode ser indiferente para os trabalhadores a natureza de classe do poder político e das forças políticas em que esse poder se apoia. Basta ter

sigente dos interesses e direitos dos trabalhadores portugueses, leva-a a promover o empenhamento de todo o movimento sindical na próxima batalha eleitoral, com os seguintes objectivos:

- dinamizar a participação dos trabalhadores em todos os actos da campanha eleitoral e no voto;
- derrotar a «AD», a coligação do grande patronato — CIP, CAP, CCP e Multinacionais, de Sá Carneiro/Freitas do Amaral/etc.;
- contribuir para a criação de condições que permitam a formação de um governo democrático, que respeite os direitos e interesses dos trabalhadores, que cumpra e faça cumprir a Constituição.

3. OS TRABALHADORES TÊM DE VOTAR

Perante o ataque contra os seus direitos e conquistas, contra a ameaça do regresso ao passado fascista, os trabalhadores vão continuar a desenvolver e a intensificar a sua luta em defesa dos ideais do 25 de Abril.

Em eleições, lutar é esclarecer, participar e votar.

Nenhuma organização sindical, nenhum dirigente ou activista sindical, pode deixar de considerar como seu dever a tarefa principal, no presente momento, a dinamização e mobilização dos trabalhadores para as eleições.

4. DERROTAR A CHAMADA «A.D.» (ALIANÇA DEMOCRÁTICA)

Muitos portugueses foram enganados pelas falsas promessas de Sá Carneiro/Freitas do Amaral nas últimas eleições.

A prometida «mudança» da «A.D.» é uma mentira clara para todos.

Vejamos o que ela significou:

- O custo de vida continuou a aumentar;
- Os salários foram alvo de sucessivas tentativas de congelamento e imposição de limites à sua actualização que só a luta dos trabalhadores impediu que tivesse consequências mais graves;
- O número de trabalhadores com contratos a prazo subiu a números nunca atingidos;
- Os despedimentos aumentaram, sendo de lembrar o escandaloso e ilegal caso de despedimento de 212 trabalhadores da Standard Eléctrica;
- 75% dos reformados não tiveram qualquer aumento nas suas pensões e dos restantes 25% metade tiveram aumentos ridículos de 10 a 250 escudos;
- Os salários mínimos nacionais não foram actualizados;
- O Serviço Nacional de Saúde, que prevê assistência médica e medicamentosa, geral e gratuita, foi revogado;
- A Reforma Agrária sofre ataques criminosos, as terras, gados e máquinas são roubados às UCP's e Cooperativas, a GNR espanca homens, mulheres e crianças;



Em Outubro tem de concretizar-se a exigência manifestada por muitas vezes Sá Carneiro/Amaral para a Rua

presente as graves consequências que os trabalhadores suportam hoje, em resultado da política de direita.

A propagandeada neutralidade da «UGT» é falsa, pois significa uma clara cumplicidade em relação à aliança patronal da «AD» e aos seus objectivos reaccionários. Outra coisa não era de esperar de uma organização que considera a CGTP-IN como inimigo principal. A presença de meia dúzia de dirigentes da «UGT», incluindo o seu presidente Camolas Pacheco, como deputados da «AD», ao lado do Casqueiro da CAP e de outras figuras da CIP e da CCP, é bem elucidativa de que aquela organização não se distingue dos inimigos dos trabalhadores.

As responsabilidades consciëntemente assumidas pela CGTP-Intersindical Nacional, de defensora intran-

(Continua na 7.ª página)

As eleições para a Assembleia da República

(Continuação da 6.ª pág.)

— As empresas nacionalizadas correm o risco de serem devolvidas aos antigos patrões, com o conseqüente desemprego de muitos trabalhadores ;

— A Lei do Controlo de Gestão é boicotada para impedir a nomeação dos trabalhadores eleitos para a sua gestão ;

— Os antigos sabotadores, e figuras de proa do regime fascista, os Melos, Champalimand's e Comp.ª preparam-se para se abotoarem com 200 milhões de contos.

— Etc. Etc. Etc.

Por tudo isto a CIP se regosija e louva publicamente o comportamento do governo da AD.

Toda esta situação provocou e provoca um clima de grande instabilidade social e política que mais se agravaria se, porventura, a chamada «AD» viesse a ganhar as próximas eleições.

Com efeito, os trabalhadores ver-se-iam confrontados com leis que limitariam o direito à greve, liberalizariam ainda mais os despedimentos e os contratos a prazo, alterariam os horários de trabalho, férias, feriados e faltas, leis que a «AD» faria aprovar, conforme já expressamente prometeu o Ministro do Trabalho aos grandes patrões do comércio (CCP).

Tudo isto acompanhado pela protecção à repressão nas empresas, pela utilização das forças militarizadas contra os trabalhadores e contra os seus dirigentes sindicais.

No entanto, durante a campanha eleitoral, a «AD» vai, concerteza, repetir e intensificar a demagogia e a mentira, encobrendo os seus reais objectivos para tentar continuar a enganar os eleitores. Não faltarão premissas justificações para explicar o não cumprimento das suas anteriores promessas eleitorais, procurando-se eludir o povo com novas e enganosas promessas.

A CGTP-IN alerta os trabalhadores que qualquer voto na coligação do grande patronato na chamada «AD», é um voto contra si próprios. É um voto contra a esperança de uma vida melhor, contra as esperanças do 25 de Abril.

5. CONTRIBUIR PARA A FORMAÇÃO DE UM GOVERNO DEMOCRÁTICO

A CGTP-IN é e continuará a ser uma força indispensável para a defesa e consolidação da democracia e do progresso social.

Sem o apoio dos trabalhadores portugueses e da sua central sindical não é possível a base social de apoio a um governo democrático, estável e capaz de resolver os problemas do país.

Sem uma definição clara quanto ao Caderno Reivindicativo do Movimento Sindical, sem um compromisso sério no que respeita à solução das suas principais reivindicações, não haverá política democrática.

A CGTP-IN considera que essa política tem que assentar, pelo menos nos seguintes pontos :

- revogação da lei dos contratos a prazo ;;
- respeito pelo prazo máximo de vigência dos 12 meses para as tabelas salariais ;
- actualização periódica dos salários mínimos e das pensões de reforma ;

- controlo dos preços dos bens essenciais ;
- combate ao desemprego e despedimentos ;
- política de desenvolvimento económico que garanta o direito ao trabalho ;
- defesa do sector público e cooperativo e auto-gestório da economia e aplicação da lei do controlo de gestão ;
- fim das brutalidades e correcção das ilegalidades contra a Reforma Agrária ;
- respeito pelo Serviço Nacional de Saúde ;
- respeito pelos direitos e liberdades sindicais ;
- reorganização dos tribunais de trabalho ;
- melhoria da política habitacional ;
- melhoria do ensino ;
- respeito pela participação do Movimento Sindical nos órgãos de planificação do Estado.

6 — A luta travada pelos trabalhadores conseguiu impedir que o governo «AD» tivesse levado até ao fim os seus projectos e fez fracassar importantes ataques que foram disferidos contra os seus direitos e liberdades.

A CGTP-IN, manifesta a sua confiança em que os trabalhadores portugueses, fortemente unidos e organizados em torno da sua central sindical, prosseguirão as acções que têm desenvolvido e derrotarão, nas próximas eleições, as forças reaccionárias, defendendo assim os seus interesses e direitos e contribuindo para o prosseguimento do Portugal de Abril.

Lisboa, 30.7.80

O Secretariado Nacional da CGTP-IN

Trabalhador sindicaliza-te!

(Continuação da 3.ª página)

que é devido? Se estivessem sindicalizados não era possível o cumprimento de todos os seus direitos? E não há tantos que por não conhecerem os seus direitos assinam coisas que mais não é que a sentença de morte?

É necessário que se faça um amplo esclarecimento, para que cada trabalhador textil seja sindicalizado.

CONFERENCIA
DE ORGANIZAÇÃO

EU SOU
SINDICALIZADO

E TU?

CGTP-IN

Vamos fazer uma grande campanha de sindicalização.

Trabalhador que não estás sindicalizado dirige-te ao teu delegado sindical ou ao Sindicato.

Um trabalhador sindicalizado vale por dois.

PROPRIETÁRIOS — Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa e Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Lanifícios dos Distritos da Guarda, Viseu e Gouveia.

DIRECTORES — José Duarte Roberto, Carlos Manuel Correia Lopes e José Manuel da Silva Martins.

REDACÇÃO: — Gabinete de Informação do Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa — Rua Azêdo Gneco, 24 — Covilhã

COMP. E IMPRESSO: — Tipografia «Notícias da Covilhã» — Rua de Santa Maria — Telef. 22465

Convívio dos Têxteis da Beira Interior

**Um êxito!
Uma experiência a continuar!**

Às seis horas da manhã do dia 20 de Julho o Jardim Público Público tinha um movimento que não é habitual mesmo em dias de festa, mais de uma dezena de autocarros recebiam mais de um milhar de trabalhadores têxteis. Via-se a alegria estampada no rosto das pessoas.

Alguma não esqueceram o tinto, bem como o chourico e o presunto, ah! já nos esqueçamos, também levavam o bom queijo. Claro que estes bebvéis e comestíveis, serviram para os convites da praça, lá no Vale do Rossim.

Nesse dia maravilhoso, encontraram-se trabalhadores de vários locais: de Cebolais, Castelo Branco, Fundão, Unhals, Tortosendo, Covilhã, Belmonte, Mantelgas, Seia, S. Romão, Loriga, Gouveia, Guarva, etc. Encontrou-se a determinação e unidade de todos estes trabalhadores, que são o garante das muitas vitórias nas lutas a que somos chamados todos os dias.

Logo sobre a manhã uma camarada bem disposta dizia: nos desta vez não temos cá as forças da repressão, como em Montargil. A vontade de um pequeno carneiro que é, mas que esperam seja tosquido bem depressa, seria a de mandar contra nós essas mesmas forças, mas, uma coisa são as vontades e outra bem diferente é serem capazes.

Podemos afirmar que o local do encontro é ótimo, tem uma grande barragem, e uma grande zona onde podemos estender as pernas, ou dormir uma soneca. Só que para soneca não havia tempo, pois não faltaram divertimentos. Houve torneios de Xadrez, Damas, Jogo da Malha, Corrida de sacos e ainda a paisagem maravilhosa que nos rodeava, com os encantos já conhecidos da Serra da Estrela.

Depois do almoço que na maioria dos casos foi colectivo, até porque muitos nesse dia decidiram juntar os fornos, houve ranchos folclóricos, acordeonistas, cantores amadores, fados e um conjunto que cantou coisas do povo. Este programa durou até ao final do convívio na serra porque depois continuou nas camionetes.

Como sempre acontece nestas ocasiões, havia aqueles mais fúldes que não excitavam em de um momento para o outro arranjarem um grande baile, onde todos dançavam, velhos e novos.

A alegria era muita, mas que não fazia esquecer as grandes preocupações que nos afligem, até porque para lembrarmos a importância da alegria na luta, lá estavam as bancas com materiais e documentos sindicais.

Até ouvimos alguma comentar a grande vitória dos têxteis na contratação colectiva e por fim diziam que este convívio lhes deu mais força para continuar na luta, porque conheceram e aprofundaram a amizade ali começada.

Bem! Para o ano que vem há mais e melhor, vocês estão de acordo não estão?

Então comecemos já a prepará-lo, força!



Alegria e Arte foram as constantes no convívio do Vale do Rossim

As mulheres da Beira Interior estiveram juntas discutindo os seus problemas

Era domingo dia 7 de Setembro.

Mulheres dos Distritos de Castelo Branco e Guarda, saindo de suas casas umas mais cedo que outras, dirigiram-se à Covilhã.

Neste domingo qualquer coisa de importante se ia passar. As mulheres encontravam-se para discutirem os seus problemas e falarem das suas experiências.

Eram mulheres de sectores profissionais diferentes: mulheres do campo, professoras, assistentes sociais, têxteis, domésticas, pequenas agricultoras, etc. Todas elas com problemas comuns, o mesmo fio de solidariedade a uni-las.

Algumas delas rostos jovens, levavam os filhos, é que as poucas creches existentes, estavam fechadas, e alguns homens não se opoem a que as mulheres fossem ao encontro, acharam demais ficar um dia com as crianças.

As mulheres do sector têxtil estiveram lá. Compreende-se, elas representam mais de metade da mão-de-obra do sec-

tor numa zona onde a única actividade económica é quase só a indústria têxtil. As suas vozes tantas vezes silenciadas, neste dia, puderam falar do crime que para muitas, são os contratos a prazo. Centenas de mulheres neste sector, sobretudo as mais jovens vivem diariamente a insegurança do seu emprego. Embora sucessivos governos venham falar da liberdade, da democracia, dos direitos das mulheres, é facto concreto que o decreto que torna possível os contratos a prazo é uma violação à própria Liberdade.

Ou será que têm liberdade centenas de Mulheres que trabalham com contratos a prazo?

Têm que viver permanentemente mentindo a elas próprias, dizendo a tudo, — está bem —, fazendo os piores serviços, trabalhando, quando outras paralizam por melhores condições de salários e de vida, ficando caladas, como não

(Continua na III página)